



Judicialização da política de medicamentos e o diálogo interinstitucional

Fabiana Rodrigues, Hugo Borsani, Nelson Goulart

As decisões judiciais conferindo acesso à saúde, em especial a medicamentos, têm levado à promoção de várias arenas de diálogo entre as instituições envolvidas que estudam inovações para reduzir seus efeitos na política de medicamentos. Este trabalho descreve os problemas levantados em razão da judicialização desta política nos encontros ocorridos no país nos anos 2016 e 2017. As arenas formadas contaram com a participação de diversos atores que compartilharam experiências e expuseram a fragilidade que a judicialização da política de medicamentos causa nas instituições.

Destaca medidas implantadas a partir desses diálogos na tentativa de atenuar os efeitos não desejados das demandas judiciais sobre política pública de medicamentos. A criação de duas plataformas virtuais, o e-natjus e o banco de preços em saúde (BPS) que, apesar de não diminuírem os casos levados ao judiciário, conferem aos juízes informações técnicas sobre os pedidos. Os trabalhos desenvolvidos pela Câmara de Resolução de Conflitos (CRSL), em funcionamento em alguns municípios do Estado do Rio de Janeiro e replicada em outros estados do país para resolução extrajudicial de conflitos com a participação em conjunto do Judiciário e da Administração Pública.

Todas as inovações buscam amenizar os efeitos provocados pela judicialização. Para tanto, percebe-se a formação um “sistema da judicialização da política de saúde”, com a finalidade de resolver a disfunção da política de saúde. A combinação de esforços entre as instituições pode ser o meio mais eficaz para o controle deste fenômeno, mas ainda é cedo para avaliar os efeitos dessas mudanças.

Palavras-chave: Judicialização, Medicamentos, Política Pública